



História e fontes da *internet*: uma reflexão metodológica

History and internet sources: a methodological reflection

Filipe Arnaldo Cezarinho

Mestrando em História

Universidade Estadual do Centro-Oeste

cezarinhohistoria@hotmail.com

Recebido em: 28/03/2018

Aprovado em: 21/05/2018

Resumo: O nosso objetivo foi realizar uma reflexão teórico-metodológica sobre as fontes extraídas da *internet* para uso na História. Nesse sentido, discorremos sobre os principais problemas enfrentados por historiadores brasileiros nesse campo. A partir da reflexão teórica sobre as noções de autoria e espaço, sugerimos uma possibilidade metodológica de utilização dessa tipologia de fontes advindas da plataforma *Facebook* na produção do conhecimento histórico. Argumentamos que as fontes da *internet* possuem sentido dentro de realidades específicas, em espaço e tempo circunscritos, assim sendo, fazendo parte de práticas discursivas.

Palavras-chave: Metodologia da história, fontes, autor.

Abstract: Our aim was to accomplish a theoretical-methodological reflection of the sources extracted from the internet for the use of History. In this sense, we discuss on the means problems face by brazilian historians in this field. From the theoretical thought about the notions of authorship and space, we suggest a methodological possibility of use of this sources typology coming from Facebook platform in the production of historical knowledge. We argue that internet sources have sense within specific realities, space and time circumscribed, thus, being part of discursive practices.

Keywords: History methodology, sources, author.

Considerações preliminares

Temos como objetivo realizar uma reflexão teórico-metodológica sobre as fontes na *internet* em busca de subsídios para a sua utilização na produção do conhecimento histórico. As últimas décadas do século XX presenciaram o florescimento de uma nova tipologia de fonte histórica, as fontes das mídias digitais. Para Richard Miskolci (2011, p. 12): “Mídias digitais são uma forma de se referir aos meios de comunicação contemporâneos baseados no uso de equipamentos eletrônicos conectados em rede, portanto referem-se – ao mesmo tempo – à conexão e ao seu suporte material”. No entanto, as mídias digitais não se resumem aos aparelhos físicos conectados em rede mundial. Os antigos disquetes e os ainda em uso CDs, DVDs, *pendrives* e cartões de memória são dispositivos móveis que armazenam dados digitais permitindo acesso sem que haja a



necessidade de conexão com a *internet*. A intransigência do consumismo capitalista e a velocidade na criação de novos suportes tecnológicos digitais, corroboram para que esses dispositivos físicos se tornem facilmente inutilizáveis sem, no entanto, que os seus conteúdos sejam perdidos. Fábio Chang de Almeida (2011, p. 16) revela essa dissociação: “É possível o descarte do suporte físico e a manutenção do seu conteúdo em um novo suporte. [...] Em pouco tempo o disquete de 1,44 Mb de capacidade de armazenamento tornou-se obsoleto, sendo substituído pelo CD de 700Mb (equivalente a 487 disquetes)”, por exemplo.

Com a proliferação de novas mídias alguns pesquisadores em História (e de áreas afins) levantaram discussões diversas com intenção de problematizar a sua utilização e tornar viável a produção de conhecimento a partir desses recentes documentos. As dúvidas, dificuldades e limitações continuam oferecendo os ritmos de sua composição. Buscaremos elucidar, nas linhas seguintes, alguns dos principais problemas deparados por historiadores e historiadoras que se dedicaram e dedicam-se em seu emprego¹.

Araújo Sá (2008) publicou um dos primeiros textos que trazia como questão as fontes da *internet* para o campo da História. Reconhecia naquele momento a importância de rever a prática histórica dentro desse contexto de novas mídias tecnológicas. O encurtamento do tempo e a proliferação de memórias cotidianas criavam fatos e modificavam a percepção do tempo presente, pois “a velocidade passou a redefinir o cenário cultural desde o final dos anos oitenta, transformando o sentido do tempo, marcado pelo instantâneo, o imediato, o encurtamento da espera” (SÁ, 2008). Ele destacava a ausência de reflexões metodológicas no campo. A carência de pesquisas era proporcionada pelo descaso de muitos(as) historiadores(as) com tais registros e pela dificuldade de conservação para acessos posteriores.

Preservar a fonte digital depende de vários fatores, por exemplo, questões econômicas e as de cunho técnico. Conforme esse autor, o perigo estaria nas tentativas de monopólio documental “colocando em cheque o futuro do passado, na medida em que tais iniciativas têm se restringido a empresas privadas que disponibilizam o acesso a documentos *on-line*” (SÁ, 2008). A grande problemática apontada era sobre a autoria. As questões que Araújo Sá (2008) trazia eram: como avaliar os *sites*? Em qual confiar? Portanto, além da busca de páginas confiáveis na *internet*, encontrar a autoria era fundamental. A saída sugerida pelo autor estava na utilização de *sites* oficiais, os quais traziam maiores segurança e credibilidade para o trabalho do(a) historiador(a).

¹ Para a proposta presente trataremos apenas das produções no Brasil e que foram publicadas a partir do século XXI. Acreditamos que esse recorte se faz suficiente para proposta presente.



Sobre a relutância de uso das fontes digitais, Fábio Chang de Almeida (2011, p. 11) elencou algumas hipóteses. A primeira, de caráter histórico, revelava o tradicionalismo historiográfico pautado em documentos escritos tendo o papel como suporte. Por isso, poucas dissertações e teses apresentam fontes digitais como documentação utilizável: “No Brasil, a quantidade de pesquisas de mestrado e doutorado em História que utilizam as fontes digitais ainda está muito aquém do potencial oferecido por este suporte documental”. A segunda dificuldade indicada pelo autor é sobre a incipiente discussão teórico-metodológica acerca dessas fontes. A falta de adaptação dos historiadores à tecnologia e a inabilidade em manejá-las revelaram a fragilidade dos profissionais em lidar com essa nova demanda. Assim, ele fez a seguinte observação:

Para os historiadores que buscam compreender o presente, negligenciar as fontes digitais e a Internet significa fechar os olhos para todo um novo conjunto de práticas, de atitudes, de modos de pensamento e de valores que vêm se desenvolvendo juntamente com o crescimento e popularização da rede mundial de computadores (ALMEIDA, 2011, p. 12).

Ainda destacou dois conjuntos de fontes viabilizadas pela *internet*: as primárias digitais e as não-primárias digitais. Os documentos primários digitais, aqueles existentes exclusivamente na *internet*, tais como *sites* e *blogs*, e os documentos primários digitalizados, esses são digitalizações de fontes já existentes: fotos, jornais, pôsteres etc. No interior do segundo conjunto são destacados os não-primários digitais que não tiveram a *internet* como suporte de produção, por exemplo, teses, dissertações e artigos científicos. A proposta metodológica feita pelo autor para escapar dos *sites* falsos na rede seria o de rastrear os diversos *links* que apresentam a mesma temática e detectar a existência de conexão com páginas institucionais ou oficiais. Nesse caso, essas interconexões legitimariam os dados. Procedimento comum aos historiadores o de contrapor as fontes, confrontar os dados, pois “tomar um *fake site* sendo um *site* verdadeiro seria um erro grosseiro, portanto o historiador deve estar atento a esta possível prática na hora de selecionar suas fontes” (ALMEIDA, 2011, p. 23).

A preocupação sobre a veracidade das fontes digitais também foi destacada por Julia Tomasi (2013) que indicava carência de nomes e datas na grande maioria das informações que apareciam na *internet*, elemento contribuinte para o afastamento de historiadores(as) e de poucas pesquisas na área. Acrescentou a volatilidade e a instantaneidade dessas fontes, fazendo emergir dificuldades no arquivamento dos dados, sendo assim, “outro motivador para os historiadores verem os documentos virtuais com mais cautela e precaução, e conseqüentemente estes serem menos utilizados nas pesquisas históricas” (TOMASI, 2013).

Os princípios éticos da pesquisa com uso de fontes digitais foram lembrados pela autora.



Ocultar nomes e rostos (quando imagens) evita que os colaboradores(as) sejam identificados(as) na própria rede. Substituir os endereços eletrônicos por variáveis fazia-se imprescindível. Ao disponibilizar um endereço para verificação da fonte corre-se o risco de romper com a conduta ética trazendo às claras o (a) internauta colaborador (a) pesquisado (a). No final do texto, a pesquisadora refletiu sobre o tabu nos usos das fontes digitais: “Resumidamente, utilizar as páginas da internet como documentos de pesquisa para a história é visto como tabu por muitos pesquisadores, tendo o historiador pouco se debruçado sobre tais documentos, já que suscitam, de certo modo, estranheza” (TOMASI, 2013).

De acordo com Anita Lucchesi (2015), apropriar-se de fontes da *internet* na produção de textos históricos ainda é bastante incerto para historiadores, mesmo quando esses já aproveitam em alto grau dos muitos benefícios propiciados pela rede, por exemplo, as trocas de materiais, de textos, ensaios etc. Apontou que a *internet* tem permitido a produção de textos históricos sem nenhum rigor quando comparados com os do ofício do historiador, demonstrando o interesse por parte do público não especializado. Esse seria motivo suficiente para adequação dos profissionais nessa nova dinâmica. Lucchesi (2015) trabalha com a noção de uma “Historiografia Digital” que não deve ser vista como capacidade de elevação de uma história serial, uma calculadora de arquivos e documentos, mas como uma rede capaz de trazer novos problemas aos historiadores e historiadoras do tempo presente. Reaparece em seu texto o problema do apagamento repentino de *sites* oficiais ou plataformas que permitem trocas de afinidades entre as pessoas. Como recuperar ou acessar o *link* citado por alguém sendo que a *Page* já não existe mais? Talvez essa seja uma das maiores questões e que ainda não possui respostas conclusivas por parte dos (as) especialistas das diversas áreas.

O hipertexto, forma de como se desenrola a comunicação no ambiente das mídias digitais, possui vantagem e desvantagem. Vantagem pela facilidade de acessar determinada fonte utilizada para produção do conhecimento histórico. Por outro lado, com a diluição das posições “corre-se constantemente o perigo de afogamento em meio a esses múltiplos pontos de vistas no mar de informações em que se lançam as redes de *links*” (LUCCHESI, 2015, p. 31). Teríamos o embaraçamento da própria autoria.

Nucia Alexandra Silva de Oliveira (2014, p. 28) analisou a pertinência da *internet* como lugar de discussão historiográfica. A pesquisadora estava interessada em *sites* que empreendiam debates sobre a História do Brasil. Novamente reapareciam problemas comuns como da autoria: “Desconfia-se muito mais do que está posto na internet, especialmente pelo fato de que muitos textos parecem não ter o mesmo rigor dos trabalhos impressos, sobretudo nos aspectos de



referência e explicitação da autoria”. Ao discutir sobre as preocupações metodológicas em sua pesquisa, atentava com desconfiança para os possíveis plágios dos *sites*, manipulação de dados e a inconsistência na autenticidade das informações. Além do desaparecimento inesperado do conteúdo na rede, as modificações dos dados eram problemas considerados pela pesquisadora:

No caso da pesquisa que coordeno, pode-se citar o caso de um *site* que teve todo o seu conteúdo modificado, gerando, assim, a necessidade de uma nova leitura. Aliás, em alguns momentos isso pode se tornar gravíssimo, pois nem sempre é possível refazer toda uma pesquisa. Neste caso, deve ser dito que na organização dos documentos não é recomendável que o único acesso a eles seja *online*. Isto é, uma providência essencial do trabalho no espaço virtual é mesmo o armazenamento do material coletado (OLIVEIRA, 2014, p. 49).

A autora alertava para a fragilidade de debates sobre a *internet* na área da História. Pouquíssimas eram as discussões de cunho metodológico que facilitassem a introdução de novos (as) pesquisadores (as) na utilização de documentos criados no espaço digital.

Em síntese, insuficientes são as reflexões teórico-metodológicas e as técnicas desenvolvidas por historiadores para lidar com essa nova demanda social. Acrescentam-se a efemeridade e a inconstância dessas fontes. Diferentemente dos arquivos empoeirados e que aos poucos são consumidos por traças; dos jornais que possuem boa longevidade; das fontes orais, essas limitadas ao presente, mas que gozam de um certo tempo de vida; as fontes digitais desaparecem permanentemente com um simples clicar do *mouse*. A incapacidade de arquivamento dessas fontes continua sendo o maior dos males. O que está em jogo é a própria memória. Como conservá-la? A desconfiança dos dados e a diluição da noção da autoria presenciada pelos(as) autores(as) são comuns e rotineiras pela rede. São dificuldades presentes nas vidas dos(as) profissionais que buscam nas fontes digitais meios de produzir conhecimento histórico.

Tentaremos, agora, avançar nas questões que envolvem a autoria das fontes oriundas da *internet*.

Reflexões teóricas sobre autoria

Abrimos essa seção com as problemáticas apontadas pela já citada Anita Lucchesi sobre “história/historiografia digital”:

Como lidar com a fluidez dos dados na rede? Quais são as implicações conceituais dessas mudanças que introduzem consigo uma ruptura temporal e espacial, diferente de todas as transições já vistas na academia anteriormente? Como as novas ferramentas digitais e os conteúdos decorrentes delas podem prover novos *insights* no tratamento de problemas históricos? E quais são as oportunidades para pesquisas realizadas em formato colaborativo, nesse novo espaço interconectado de trabalho? (2014, p. 50).



A citação interroga e inquieta historiadores e historiadoras que se propõem em refletir sobre essas novas fontes originárias dos contextos digitais. Relacionado com o que foi descrito na primeira seção do nosso texto, o trecho acima serve para “amarrar” o que será discutido daqui em diante. Dentre os temas controversos propiciados por essas novas fontes e considerando que a abordagem do presente texto possui limitações, optamos por discutir as noções de autoria e de espaço na *internet* e, assim, refletir teórica e metodologicamente sobre os usos das fontes extraídas da plataforma *Facebook*.

Por vezes, as fontes que trafegam na rede mundial aparecem sem a devida autoria ou como produções colaborativas, conforme foi dito por Lucchesi (2014). A nossa reflexão refere-se à documentação sem autoria. Cabe fazermos a observação de que não tratamos de referência, mas de autoria. A distinção é importante, pois qualquer dado que transita na *internet* pode ser referenciado a partir da disponibilização do seu endereço eletrônico. Por outro lado, esses mesmos dados podem não apresentar seus autores e autoras.

A obrigação da autoria na disciplina histórica pode ser vista como solução ou problema. Por um lado, é afirmada entre os pares da área o seu caráter de veracidade quando a autoria é identificada e, por outro, pode limitar as múltiplas perspectivas de abordagens quando a sua presença parece ser de difícil rastreamento. Mas até que ponto é realmente necessária a presença da autoria? Sua ausência pode impedir análises e contextualizações de determinadas realidades em tempo/espaço específicos? Qual é o papel da autoria?

Produzir coletivamente na disciplina histórica sempre foi lugar de crítica entre os(as) próprios(as) especialistas. Diferentemente do concebido quando se fala em rede de conhecimento, na História essa condição é desvalorizada. Busca-se sempre a unidade, o individual, que o objeto avaliado tenha em algum lugar rabiscos indicando de quem ou de onde se originou. Tal afirmação aplica-se na hora da produção acadêmica, na apropriação de documentos e muitos mais. No entanto, é hora de refletir sobre tal aceção que se dissolve cada vez mais com o advento da *internet*, a autoria.

Atualmente existem debates que giram em torno das mudanças desabrochadas no final do século XX e que remetem às novas fórmulas de produção científica. Essa redefinição de produção tem estimulado o trabalho em rede:

Uma expressão da capacidade de adaptação do setor e que aparece como tendência dos grupos e instituições mais dinâmicos é a nova modalidade ‘do trabalho em rede’ e em cooperação diversificada, juntando, frequentemente, instituições como universidades, institutos de pesquisa, grupos de consultorias e empresas, que passam a se organizar ao redor de um *campus* (real e virtual) e



estabelecem relações entre si de acordo com seus interesses em projetos específicos (MINAYO, 2002, p. 14).

Ou seja, trabalhos colaborativos são impulsionados nessa nova dinâmica na qual a construção do conhecimento pauta-se pela integração e não pela individualização. A socialização da produção e do conhecimento aparecem como primeiro plano, minando a ideia de autoria individual. Parece ser essa a grande tendência fomentada pelas atuais tecnologias e de grande valia para o século XXI.

Um conhecimento construído de maneira coordenada e cooperativa envolvendo grande número de pesquisadores e de centros de pesquisa; um processo liderado por algum centro, universidade ou empresa, em torno dos quais se congrega um número adequado de pesquisadores selecionados e diferenciados (MINAYO, 2002, p. 14).

Batizada por Manuel Castells (2005) como a “sociedade em rede”, as sociedades contemporâneas vinculadas às novas formas comunicacionais, a exemplo da *internet*, permitiram que houvesse uma organização social pautada pela rede digital. Ele esclarecia que não era a tecnologia que moldava a sociedade, mas a sociedade que fornecia o seu molde. São as necessidades, os valores e interesses sociais que dão sentido e forma à tecnologia. Para tanto, definiu a sociedade em rede como:

Estrutura social baseada em redes operadas por tecnologias de comunicação e informação fundamentadas na microeletrônica e em redes digitais de computadores que geram, processam e distribuem informação a partir de conhecimento acumulado nos nós dessas redes. [...]. É um sistema de nós interligados (CASTELLS, 2005, p. 20).

As relações nas sociedades em rede são interligadas e conduzem para o estabelecimento de processos colaborativos, dessa maneira, minimizando as produções individuais. Alteram-se as formas de relacionamento, trabalho, produção e na própria vida dos sujeitos sociais. Está no colaborativo a “onda do momento” e a *internet* sintetiza essa mudança de maneira exemplar. Pessoas que se cruzam e trocam experiências digitalmente acabam produzindo cada vez mais a partir de uma teia social.

Roger Chartier (2010) levantou questões importantes sobre a escrita digital. A textualidade digital alterou a tradicional forma de ler, escrever e a sua própria reprodução. Concomitantemente, observa-se a ruptura da noção de propriedade sobre os livros, pois há maior fluidez autoral na rede digital. Assim,

Como manter o conceito de propriedade literária, definido desde o século XVIII a partir de uma identidade perpetuada das obras, reconhecível, qualquer que seja a forma de sua publicação, num mundo em que os textos são móveis, maleáveis, abertos e nos quais, como o desejava Michel Foucault, cada um pode, no momento de começar, “encadear, continuar a frase, e, sem que ninguém se



preocupe realmente com isso, alojar-se nos seus interstícios”? (CHARTIER, 2010, p. 9).

A identidade da obra, como destacou, se dissolve em multidões de mãos digitais fazendo com que a própria dinâmica entre o(a) escritor(a) e o(a) leitor(a) se misturem, dificultando a sua distinção. O próprio leitor se torna coautor da obra modificando-a e alterando a sua composição. O distanciamento de quem escreve o texto parece maior, elemento importante da textualidade digital. A tela do computador regula o grau de aproximação entre escritor(a) e o escrito.

Cabe então compreender: qual é o verdadeiro papel da autoria nessas condições? Qual o alcance da sua importância? Como bem disse Michel Foucault (2001), o nome autor exerce a função de localizar, classificar e agrupar discursos. O autor, ao exercer sua função, faz circular discursos no interior de uma sociedade e essa seria a sua principal característica, a de dar funcionamento aos discursos tornando-os existentes. Realizada essa tarefa, ele estabelece qual tipo de discurso deve ser considerado em determinada sociedade e cultura:

Enfim, o nome do autor funciona para caracterizar um certo modo ele ser do discurso: para o discurso, o fato de haver um nome de autor, o fato de que se possa dizer “isso foi escrito por tal pessoa”, ou “tal pessoa é o autor disso”, indica que esse discurso não é uma palavra cotidiana, indiferente, uma palavra que se afasta, que flutua e passa, uma palavra imediatamente consumível, mas que se trata de uma palavra que se deve ser recebida de uma certa maneira e que deve, em uma dada cultura, receber um certo *status* (FOUCAULT, 2001, p. 276).

Ao justificar suas análises sobre a questão da autoria, Foucault (2001) já demonstrava que seu interesse estava nas condições de funcionamento das práticas discursivas. Ele destacou que as unidades discursivas recebem atribuições valorativas secundárias quando comparadas com noções de autoria e obra. Os discursos estão dispersos, o autor ou a autoria apenas localiza-os, organiza-os, atribui sentido e torna-os compreensíveis. Foucault (2001, p. 283) classificou esses procedimentos como função-autor: “A função-autor está ligada ao sistema jurídico e institucional que contém, determina, articula o universo dos discursos; ela nasce se exerce uniformemente e da mesma maneira sobre todos os discursos, em todas as épocas e em todas as formas de civilização”.

Assim sucedido, o autor não deixa de ter importância, mas também não se faz determinante:

Seria absurdo negar, é claro, a existência do indivíduo que escreve e inventa. Mas penso que - ao menos desde uma certa época - o indivíduo que se põe em escrever um texto no horizonte do qual paira uma obra possível retoma por sua conta a função do autor: aquilo que ele escreve e o que não escreve, aquilo que desenha, mesmo a título de rascunho provisório, como esboço da obra, e o que deixa, vai cair como conversas cotidianas (FOUCAULT, 1999, p. 28-29).

São incontáveis “eus” que ressurgem na construção discursiva do autor mesmo quando esses “eus” estão ocultos sob o “véu” de uma única autoria. Reunir o disperso e dar-lhe sentido e



entendimento é sempre uma operação complexa, carregada de imaginário e que se constitui num permanente exercício criativo daquele(a) que consegue articular estrategicamente a pluralidade discursiva em unidade. Nesse encadeamento de proposições Foucault (2001, p. 277) considera pertinente identificar em quais momentos são exigidas, na sociedade, a presença da autoria. São nos momentos em que se buscam atribuir penalidades aos que cometiam transgressões nos textos escritos, batizar ou designar uma propriedade autoral e dar sentido racional ao que foi escrito que se exigiam a presença da autoria: “Os textos, os livros, os discursos começaram a ter realmente autores [...] na medida em que o autor podia ser punido, ou seja, na medida em que os discursos podiam ser transgressores”.

A autoria parece procurara correção e a punição de outrem e estabelece a linha entre o lícito e o ilícito. Dessa forma, os discursos que violem as normas sociais não mais ficariam impunes. Foucault (2001) comenta que esse processo tem sua gênese no final do século XVIII e no início do XIX, coincidindo com o momento no qual as sociedades passavam por transformações e se tornavam sociedades disciplinares.

Sobre o espaço: uma reflexão metodológica no uso de fontes da *internet*

Após essa breve discussão sobre autoria, precisamos investir algumas linhas sobre a noção de espaço, porque é na percepção de espaços inter cruzados, ou seja, da *internet* com os espaços concretos, que conseguiremos orquestrar meios viáveis para utilização das fontes digitais que não possuem autoria.

Não foi preciso a invenção da conexão mundial entre mídias digitais para que as pessoas estabelecessem relações sem qualquer contato físico. Julia Tomasi (2013, p. 36) explicou esse processo muito bem:

Antes do surgimento da *internet*, e, sobretudo das redes virtuais de sociabilidade, já se idealizava conhecer as pessoas virtualmente e poder relacionar-se sem um contato físico, como através das cartas e dos telefonemas, de forma que muitos indivíduos se conheciam através desses meios, ocorrendo inclusive namoros, casamentos e amizades através das cartas e das ligações telefônicas.

A *internet* permite o contato de pessoas que compartilham suas vidas tanto no campo privado quanto público, buscam novos relacionamentos, realizam a manutenção de amizades antes instituídas, trocam conhecimentos e muitas outras possibilidades. A plataforma *Facebook* possibilita muito bem esse processo. Através de mensagens textuais, imagens e fotografias, áudios e vídeos as pessoas exploram múltiplas e variadas formas de socialização *online* (CORREIA; MOREIRA, 2014).



Acreditamos que as mídias digitais potencializam as comunicações entre as pessoas. Nessa linha, as formas de como usar a *internet* precedem a ela mesma. São as relações desenvolvidas fora das redes sociais digitais que condicionam as maneiras de usá-la. Essa afirmação retira da *internet* seu caráter independente, como um espaço virtual autônomo. Cabe ver nas relações entre os sujeitos o que leva e condiciona na utilização dessas novas mídias de comunicação e informação. A plataforma *Facebook*, assim como as outras redes sociais, *blogs* e *sites* espelham as relações cotidianas, políticas, econômicas, sociais e culturais de realidades diversas em temporalidades e espacialidades específicas.

O que acabamos de afirmar foi detectado pelo sociólogo Richard Miskolci (2011, p. 17-18) quando, em sua pesquisa, trabalhou com homens que buscavam relações com outros homens a partir de bate-papo *online*. Para que a sua pesquisa ganhasse densidade foi necessário entender formas passadas de relações sexuais entre parceiros do mesmo sexo. Segundo ele, “esse deslocamento da pesquisa das mídias para seus usos vinculou essas tecnologias comunicacionais aos interesses sociais e subjetivos conferindo ao objeto de pesquisa contornos mais precisos e, portanto, mais promissores para a investigação alcançar resultados substantivos”.

A *internet* não deve ser entendida como “terra de ninguém”, mas a partir de um lugar estratégico que visa controlar as atitudes, ações e movimentos das pessoas que se propõem em usá-la. Carlo Ginzburg (2010) notou com bastante propriedade essa questão. Identificou limitações e possibilidades, os prós e contras estabelecidos por empresas que se dedicam em disseminar conteúdos e conduzir as ações das pessoas em rede:

Há muitas abordagens a respeito do Google. Há, por exemplo, uma ênfase na privatização dos dados públicos por uma empresa privada, que é certamente algo que eu tenho objeção. Há o perigo de controle das atitudes do usuário, do uso de seus dados, tentar moldar suas escolhas em termos de *marketing*, e assim por diante ou até mesmo escolhas políticas. Tudo isso é verdade, e não é necessariamente novo, quero dizer, isso aconteceu no passado também, certamente a escala do fenômeno é diferente, mas, em si, o fenômeno não é novo. Entretanto, acredito que focar apenas nas limitações relacionadas ao Google, ou aos perigos, isso me parece unilateral. O que quero mostrar é que o Google libera energia. Há a possibilidade, digamos de não apenas a procura de dados, mas para construir uma pesquisa, que pode ter um valor existencial, como tento mostrar, então, isso me parece uma área sobre a qual pouco se falou, e devia ser explorada².

Em contrapartida, os internautas redirecionam seus usos modificando conteúdos e consumindo-os de diferentes formas. Destarte, considerar que esse espaço se conecta com as relações concretas evita a armadilha de pensar o contexto digital como abstrato ou sem vínculo

² Disponível em: <<http://www.fronteras.com/videos/os-pros-e-contras-do-google>>. Acesso em: 15/07/2017.



com a realidade. Entende-se aqui a *internet* não como um espaço de autonomia, mas como reflexo das infinitas relações sociais. Ao se referir aos lugares e espaços Michel de Certeau (2007) formulou a tese de que o relato é capaz de constituir lugares e espaços. O lugar é a delimitação, a ordem, age como estabelecido e jamais será indefinido. O espaço é a consequência do lugar, mas não se subtrai. Portanto:

O espaço é o cruzamento de móveis. É de certo modo animado pelo conjunto dos movimentos que aí se desdobram. Espaço é o efeito produzido pelas operações que orientam, o circunstanciam, o temporalizam e o levam a funcionar em unidade polivalente de programas conflituais ou de proximidades contratuais (CERTEAU, 2007, p. 202).

A *internet* é um bem cultural. Certeau (2007) compreende a importância de como os sujeitos ordinários reinventam os bens culturais de determinada sociedade a partir de uma prática. É dessa forma que ele elabora uma teoria das práticas cotidianas. Os consumidores culturais reelaboram e recriam formas de agir sobre o objeto de consumo. As práticas cotidianas são maneiras de fazer capazes de “enganar” a vigilância e alterá-la. Se a *internet* é o lugar da estratégia, lugar que condiciona ações, os seus consumidores são aqueles que praticam o espaço e empreendem táticas para burlar tais condicionamentos.

Para o lugar, a estratégia; para o espaço, a tática. Esses pressupostos são importantíssimos nas análises desse teórico. Sobre a estratégia:

O cálculo das relações de forças que se torna possível a partir do momento em que um sujeito de querer e poder é isolável de um “ambiente”. Ela postula um lugar capaz de ser circunscrito como o *próprio* e portanto capaz de servir de base a uma gestão de suas relações com uma exterioridade distinta (CERTEAU, 2007, p. 40).

Já as táticas não possuem um lugar, nem discursos, são sempre cooptações e transformações daquilo que é emitido de um lugar social. São consideradas um não-lugar e jamais localizadas. Assim, as táticas são “muitas práticas cotidianas (falar, ler, circular, fazer compras ou preparar as refeições etc.)” (CERTEAU, 2007, p. 41).

Definida a noção de espaço deste trabalho, ocorre a seguinte afirmação: todas as fontes que surgem na *internet* devem ser compreendidas como fruto ou consequência de relações externas. Consideradas dessa maneira, passam a ganhar sentido e oferecem meios para que o(a) historiador(a) atue sobre elas. Cabe então enquadrá-las no tempo/espaço que lhe conferem sentido. Portanto, as fontes na/da *internet*, no caso aqui específico da plataforma *Facebook*, possuem significados relativos a determinados contextos sociais, isto é, os registros desprovidos de autoria recebem novos direcionamentos podendo ser utilizados com a triangulação de distintas tipologias de fontes como as orais, impressas, etc.



A reflexão metodológica aqui presente direciona-se para as fontes sem autoria que transitam livremente na *internet*. Cabe contextualizá-las no tempo e no espaço, mas também articulando-as com fontes já tradicionalmente aceitas pela disciplina histórica. Uma simples imagem que possa aparecer no *Facebook* carrega conteúdos que transbordam à sua forma, mas é a partir dela que os discursos se organizam abrindo brechas e possibilidades de serem interpretados pelo(a) historiador(a).

Cabe salientar que não estamos deixando para trás ou negligenciando a questão da autoria para a História, pois sabemos que ela exerce papel significativo. A autoria documental será sempre buscada incessantemente por historiadores e historiadoras. O que estamos tentando fazer é abrir caminhos de atuação sobre a documentação que perambula na rede mundial sem qualquer tipo de identificação da sua origem ou autoria. Entendemos que esses dados são relevantes e, nesse sentido, não podemos deixá-los de lado.

Para a construção da reflexão teórico-metodológica exposta neste texto tomamos uma prática cultural e tradicional que se deflagra em algumas cidades nordestinas principalmente em Cruz das Almas/BA, lugar em que as espadas possuem grande expressividade.

A Guerra de Espadas está vinculada aos festejos juninos. Associada à tradição religiosa do catolicismo, as festas de São João dizem respeito, também, ao momento da colheita do milho e do amendoim, alimentos importantíssimos na dieta dessas pessoas. Em conjunto, os fogos de artifícios oferecem adrenalina, emoção e perigo. Segundo seus participantes, a Guerra de Espadas é uma tradição centenária e produtora de um fortíssimo valor de pertencimento com a região.

Em síntese, as pessoas saem às ruas em grupos no dia 24 de junho, momento principal do São João, para socializar as espadas de fogo e competindo sobre qual espadeiro(a) possui a melhor espada. Nesse sentido, são realizadas diversas batalhas pelas ruas e bairros da cidade. A ideia principal é a diversão. No entanto, os danos aos corpos das pessoas são comuns devido ao impacto realizado pelo objeto (espada) acompanhado, em muitos casos, por queimaduras.

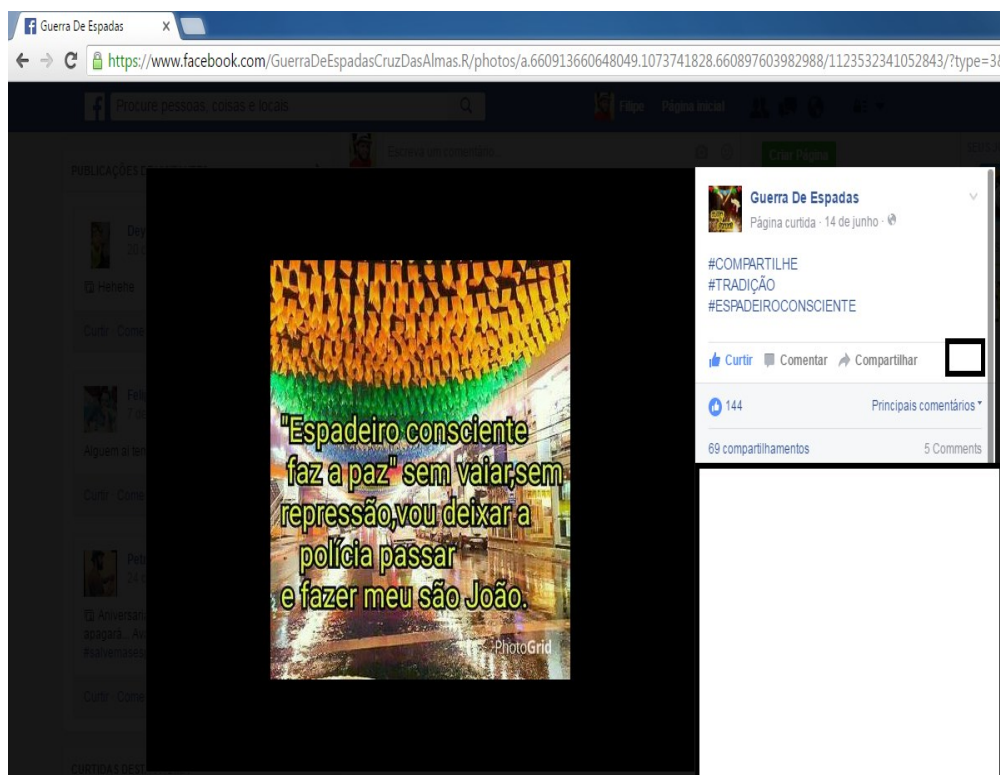
Tomando como argumento a depredação dos bens públicos ocasionadas pelas espadas e os danos físicos causados em seus participantes, o Ministério Público local moveu uma Ação Cautelar fazendo com que a Guerra de Espadas entrasse para o campo da ilegalidade. Essa ação não tem força de lei, porém suspende a tradicional festa durante período indeterminado. Assim, a tradição das espadas tornou-se crime no ano de 2011. A espada é constituída de bambu, pólvora e barro, além de outros elementos. Para a confecção da espada é preciso tempo, força, paciência e



muita dedicação, sem falar nos custos para aquisição da matéria-prima. O processo de fabricação leva em torno de dois meses.

O *Print screen* abaixo está vinculado ao São João e refere-se à tradicional Guerra de Espadas. Possui os seguintes dizeres: “Espadeiro consciente faz a paz’ sem vaiar, sem repressão, vou deixar a polícia passar e fazer meu São João”. A imagem possibilita várias interpretações.

Imagem 1: *Print screen* do grupo “Guerra de Espadas” na plataforma *Facebook*.



Fonte 1: Disponível em: <<https://www.facebook.com/GuerraDeEspadasCruzDasAlmas.R/>>. Acesso em: 15/07/2017.

De início, a fotografia tinha a rua como objeto. Possui na parte inferior a empresa que a produziu, *PhotoGrid*. No entanto, a imagem foi reutilizada para outros fins e o conteúdo textual deixa esse processo bem claro. Assim, não é possível encontrar a sua “nova” autoria. Considerando a reflexão que fizemos sobre a autoria, cabe compreendê-la a partir da articulação com outras fontes.

A imagem anterior fornece elementos expressivos para o entendimento das relações conflitivas entre policiais e espadeiros(as) desde o advento da criminalização da Guerra de Espadas. Existem táticas que podem apaziguar ou potencializar a repressão policial. A vaia, instrumento utilizado por espadeiros e espadeiras no momento de chegada da polícia, normalmente provoca



os(as) policiais colocando-os(as) em condição vergonhosa. A depreciação da polícia será replicada com violência e repressão. Por outro lado, o não emprego da vaia viabiliza, a depender daqueles(as) que forem designados(as) para reprimir, a permissividade da prática. Assim, a vaia, quando utilizada ou não, será sempre uma ferramenta acessível aos espadeiros e espadeiras seja para estigmatizar a força policial ou para manter a queima das espadas sem maior grau de repressão.

Mas como saber se o teor dessa postagem se faz condizente? Ao nos conceder uma entrevista, Marcos, 36 anos, açougueiro e espadeiro, revela em sua fala subsídios que contribuem na interpretação da imagem retirada da plataforma *Facebook*. Marcos começou a produzir suas espadas com 12 anos e teve o seu tio como referência. Questionado sobre a relação dos espadeiros com a polícia ele afirmou: “Ah! Sempre tem! Já ouvi na Rua da Estação, né? De dar tiro de bala nas pessoas. Certo tipo de gente de má conduta, né? Fica lá vaiando, joga pedra [...]. Já nós, inocentes, [...] eles sempre dão tiro de borracha, alguma coisa, né?” (MARCOS, 2017).

Como manifestado na fonte digital, Marcos confirma a existência de conflitos entre espadeiros(as) e policiais pelas ruas da cidade no momento do São João. Ele ratifica a utilização das vaias por espadeiros(as) que acabam alimentando a animosidade entre esses sujeitos e de como são surpreendidos e coibidos pela força policial.

Ao lado da fonte digital e do registro oral, alocamos a recomendação que foi emitida pelo Ministério Público da cidade de Cruz das Almas/BA em 2015, que permite a repressão policial aos espadeiros e espadeiras.

RECOMENDAR AOS PREPOSTOS DAS POLÍCIAS CIVIL E MILITAR COM ATUAÇÃO NO MUNICÍPIO DE CRUZ DAS ALMAS/BA que adotem as providências necessárias para coibir as atividades de fabrico, transportes, comércio, uso (queima) de fogos de artifícios e pirotécnicos, bem como de explosivos, pólvoras mecânicas e pólvoras químicas de qualquer tipo, inclusive “espadas”, realizadas em desacordo com as determinações legais e regulamentares, inclusive: (a) apreensão dos artefatos produzidos, transportados, comercializados e utilizados de forma irregular; e (b) prisão em flagrante pelo cometimento dos crimes listados na presente recomendação (RECOMENDAÇÃO N. 01/2015).

Ora, as três fontes se encaixam e permitem uma triangulação pertinente. A recomendação tem como objetivo a coibição da produção, comercialização e queima das espadas de fogo. Ao mesmo tempo, há no documento orientações para a prisão daqueles(as) que continuarem a praticar o crime. Reaparece a polícia na dinâmica como agente repressor e promotora da ordem social. São evidentes os conflitos existentes na realidade analisada.

Porém, a fonte digital permite enxergar resistências passivas, mas não subservientes, ausentes nos documentos oral e impresso (oficial): “Vou deixar a polícia passar e fazer meu São



João”. Como falamos anteriormente, o não uso das vaias pode ser considerado como tática de resistência que evita o confronto direto entre espadeiros(as) e policiais. Em termos diferentes, a vaia é um recurso dos populares. A imagem parece revelar que policiais, quando não submetidos à vergonha de serem vaiados, acabam deixando que a queima das espadas aconteça.

Tem-se aqui a conexão de três tipos de fontes: digital, oral e impressa. Quando articuladas, a imagem ganha sentido ao contexto na qual foi produzida e em sua temporalidade. Dessa maneira, como disse Foucault (2001), o autor ausente que forjou a fonte e postou na plataforma cumpriu a função de organizar os vários discursos que permeiam a sua realidade. Ora, a documentação sem autoria, aquela extraída da *internet*, permitiu acessar elementos que a documentação impressa e o registro oral não forneceram.

É interessante notar que a própria estruturação da *internet* consente que os seus usuários e usuárias ocultem as suas identidades pela rede. Ainda mais quando se trata de temáticas problemáticas, por exemplo, questões que envolvam crimes, torna-se imprescindível que esses atores e atrizes sociais disseminem e compartilhem informações em formatos diversos sem que sejam identificados(as). Parece ser um meio eficiente de resistência utilizado por espadeiros e espadeiras de Cruz das Almas para que mantenham a tradicional Guerra de Espadas ativa. Deste modo, a falta de autoria das fontes digitais deixa de ser entendida como simples disseminação aleatória e descompromissada de informações e passa a ter sentido racional e estratégico. Em outras palavras, é a tecnologia sendo tomada por espadeiros(as) criminalizados(as) como instrumento de luta e, ao mesmo tempo, como meio para que não fiquem expostos(as) aos olhares do público e da lei.

Posicionar-se sobre um tema problemático por meio de uma plataforma *online* como o *Facebook* parece ser muito mais confortável e menos comprometedor. Certamente por não haver contato físico com outrem, fazendo com que os sujeitos se coloquem com maior intensidade e com menores chances de serem repreendidos. Da mesma forma, permite esconder a si mesmo, o que propicia maior liberdade no que será dito. Em suma, é muito mais seguro resistir às determinações da lei na Guerra de Espadas e formular táticas para burlar as forças policiais pelas mídias digitais nas quais as identidades podem ser omitidas do que no contato *vis-à-vis*.

Tomando essa argumentação, abrimos a chance de interpretar as fontes sem autoria dentro de uma racionalidade. A produção de informações ou dados pela *internet* possui finalidade concreta que visa atender interesses individuais e coletivos. Então, o que temos são discursos de poder mesmo quando não apresentam códigos que identifiquem seus produtores e produtoras. Ora, seja



para burlar as estratégias repressivas das forças policiais ou promover os valores culturais e tradicionais da Guerra de Espadas (bastante comuns nas comunidades de espadeiros(as) no *Facebook*), o que temos são disputas discursivas no exercício do poder.

Ao triangularmos as fontes e considerar os contextos espaciais e temporais, os dados *fakes* perdem sentido, pois tais procedimentos já seriam suficientes para indicar qualquer relação da fonte *online* com a realidade concreta ou não. Essa preocupação com o *fake* foi discutida anteriormente ao citarmos o historiador Fabio Chang de Almeida (2011) e naquele momento ele recomendava cruzar *links* e trabalhar quantitativamente (e também qualitativamente) para que não ocorressem apropriações de dados enganosos:

Trabalhar quantitativamente também pode ser um procedimento metodológico interessante, principalmente quando se estiver trabalhando com documentos anônimos ou cuja autenticidade seja de difícil comprovação. Dessa forma, se for obtido um *corpus* significativo de dados, é possível identificar uma coerência discursiva que remete a um modelo padrão (p. 24).

Diferentemente do proposto por Almeida (2011), nossa abordagem metodológica não tem carácter quantitativo, mas qualitativo. Obviamente, esse autor está tratando de um objeto diferente e manejando exclusivamente fontes da *internet*. No nosso caso, a preocupação não está na montagem de um quadro quantitativo de informações que produza sentido discursivo, mas em perceber de que maneira a fonte digital se articula com outras documentações não digitais e com a realidade analisada.

Expostas as problemáticas e as considerações teóricas e metodológicas, esperamos que esse trabalho não se torne um *outsider* no campo da História. Reticentes, os(as) historiadores(as) continuam resistindo no uso dessa nova tipologia de fonte que transita pelas múltiplas facetas da *internet*. Todavia, não é possível se esquivar de um dos papéis fundamentais dos(as) historiadores(as) que é a sua permanente movimentação na produção de novas fontes, novos objetos, abordagens, em outras palavras, da sua própria prática.

Michel de Certeau (2007) dizia que o historiador é aquele sujeito capaz de descobrir no natural, no dado e no sem estatuto a condição de transformação em cultura. O historiador é capaz de manipular a natureza em sua forma mais abrupta, transformá-la em cultura e produzir algo. Dito por ele: “De resíduos, de papéis, de legumes, até mesmo das geleiras e das ‘neves eternas’, o historiador *faz outra coisa: faz deles a história*” (CERTEAU, 2007, p. 79).

É no empreendimento de alterar o natural em artificial que brota o objeto do(a) historiador(a) e da História. Portanto, o sujeito cognitivo e transformador não deve apenas reproduzir os objetos dados. É necessário manter-se em constante transformação do natural em



novos objetos, sendo esse princípio científico: “Quando o historiador supõe que um passado já *dado* se desvenda em seu texto, ele se alinha com o comportamento do consumidor. Recebe, passivamente, os objetos distribuídos pelos produtores” (CERTEAU, 2007, p. 80). O desafio do(a) historiador(a), avaliado por Certeau (2007), está em manter-se sempre disposto(a) para alteração de si mesmo(a) e na fabricação de novas possibilidades de pesquisas.

O(a) historiador(a) produz seus documentos, suas fontes e realiza seguindo procedimentos coerentes, ligados por princípios científicos, atribuindo estatuto ao que era, até então, vazio e lacunar.

Transformar alguma coisa, que tinha sua posição e seu papel, em alguma *outra coisa* que funciona diferentemente” e continua “quando opera uma *redistribuição do espaço* e consiste, primordialmente, em *se dar* um lugar, pelo “estabelecimento das fontes” – quer dizer, por uma ação instauradora e por técnicas transformadoras (CERTEAU, 2007, p. 83).

Considerações finais

O breve levantamento das produções historiográficas sobre o digital demonstrou que os registros oriundos da *internet* têm feito com que historiadores e historiadoras revisem as formas tradicionais de produção do conhecimento histórico.

A noção de autoria parece perder-se nesses ambientes obrigando que reflexões sobre a sua presença ou não sejam necessárias. Como vimos, todo e qualquer registro que pode ser acessado em plataformas digitais fazem parte de determinada sociedade em tempo/espaço específicos, assim, podendo ser interligado socialmente por práticas discursivas que circulam.

Com relação ao espaço da *internet*, vimos, a partir da triangulação de fontes diversas, que o espaço digital ou *online* não pode ser concebido sem ligação com outros ou de forma independente. Tudo que emerge das mídias digitais enquadra-se em realidades concretas ou *off-line*. Dessa forma, o(a) historiador(a) precisa compreender os espaços como sobrepostos.

Como resultado principal, percebemos que a ruptura do espaço da *internet* como independente conduz na concepção de que ele está interligado a outros espaços, contribuindo, assim, na quebra da autoria como elemento fundamental, pois a autoria apenas realizaria a sua função como a de organizar discursos. Ao mesmo tempo, alguns dos problemas que atingem as fontes digitais parecem ser suspensos, por exemplo, os registros considerados *fakes* estariam condicionados à triangulação de outras fontes na qual validariam sua pertinência ou não.

O título do nosso trabalho explicitou a intenção de apresentar uma reflexão teórico-metodológica no uso de materiais produzidos pelas mídias digitais. Significa afirmar que várias



outras são possíveis e extremamente necessárias. Não cabe mais frisar exaustivamente que a *internet* assumiu, no presente, importância indiscutível, que modificou e continua modificando relações sociais de todos os tipos e que transformou a relação tempo/espaço. Este artigo pretende contribuir para tratarmos dos problemas inatos às fontes digitais devidamente, isto é, com reflexões teóricas e metodológicas que contribuam na sua utilização e que possam dar vozes aqueles e aquelas que por elas se manifestam.

Fontes:

Fonte digital

Print screen do grupo “Guerra de Espadas” na plataforma *Facebook*. Disponível em: <<https://www.facebook.com/GuerraDeEspadasCruzDasAlmas.R/>>. Acesso em: 15/07/2017.

Fonte impressa

BAHIA. Ministério Público do Estado da Bahia. **Recomendação N. 01/2015**. Cruz das Almas/BA, 09 de junho de 2015.

Fonte oral

MARCOS (36 anos, nome fictício). Entrevista concedida ao autor do presente texto em 5 de março de 2017, na residência do entrevistado em Cruz das Almas-BA.

Referências Bibliográficas

ALMEIDA, Fábio Chang de. O historiador e as fontes digitais: uma visão acerca da internet como fonte primária para pesquisas históricas. **AEDOS - Revista do Corpo Discente do PPG-História da UFRGS**, v.3, n. 8, p. 9 - 30, jan./jun. 2011.

CASTELLS, Manuel. A sociedade em rede: do conhecimento à política. In: CASTELLS, Manuel; CARDOSO, Gustavo (orgs.). **A Sociedade em Rede: do Conhecimento à Ação Política**. 2005. p. 17-30
Disponível em: <http://www.egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/anexos/a_sociedade_em_rede_-_do_conhecimento_a_acao_politica.pdf>. Acesso em: 13 abr. 2018. 22:12: 30.

CERTEAU, Michel de. **A escrita da História**. 2. ed. – Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.
_____. **A invenção do cotidiano: artes de fazer**. 13. ed. - Petrópolis: Vozes, 2007.

CHARTIER, Roger. “Escutar os mortos com os olhos”. **Estudos Avançados** 24 (69), p. 7-30, 2010.

CORREIA, P. M. A. R.; MOREIRA, M. F. R. Novas formas de comunicação: história do Facebook - Uma história necessariamente breve. **ALCEU**, v. 14, n. 28, p. 168-187, jan./jun. 2014.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. Edições Loyola, 1999.

_____. O que é um autor? In: **Ditos e Escritos: estética-literatura e pintura, música e cinema** (vol. III). Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001. p. 264-298.

LUCCHESI, Anita. **Digital history e Storiografia digitale: estudo comparado sobre a escrita da história no tempo presente (2001-2011)**. 188 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de História, Rio de Janeiro, 2014



_____. Historiografia em rede: história, internet e novas mídias. Preocupações e questionamentos para os historiadores do século XXI. In: MARTINS, Estevão C. de Rezendes; MOLLO, Helena. (orgs.). **Desafios e caminhos da teoria e da história da historiografia**: 2012. Mariana: Editora SBTHH, 2015

MISKOLCI, Richard. Novas conexões: notas teórico-metodológicas para pesquisas sobre o uso de mídias digitais. **CRONOS**, Natal, v. 12, n. 2, p. 09-22, jul./dez. 2011.

OLIVEIRA, Nucia Alexandra Silva de. História e Internet: conexões possíveis. **Revista Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 6, n. 12, p. 23-53, mai./ago. 2014.

SÁ, A. F. A. Admirável campo novo: o profissional de história e a Internet. In: ENCONTRO ESTADUAL DE PROFESSORES DE HISTÓRIA, 2008, Aracaju. **Anais...** Aracaju: Faculdade São Luís de França, 2008. (Sem página).

TOMASI, Julia Massucheti. **“Eternamente off-line”**: as práticas de luto na rede social do *Orkut* no Brasil (2004-22011). 179 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade do Estado de Santa Catarina, Programa de Pós-Graduação em História, Florianópolis, 2013.

_____. O presentismo e a revolução documental: as páginas da *internet* como documentos de pesquisa para a História – Da volatilidade à instantaneidade. **Cadernos do Tempo Presente**, n. 12, (Sem página), jun. 2013.